



23/09/2020

Número: **0820300-42.2020.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **16/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 6.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trabalho - Ressarcimento ao Erário**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA MAGNOLIA DA SILVA (AUTOR)		ANTONIO CANDEIRA DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11934685	16/09/2020 11:41	<a href="#">Indenização Magnolia DPVAT</a>	Petição



ANTONIO CANDEIRA DE ALBUQUERQUE  
ADVOGADO

Rua Senador Teodoro Pacheco n. 988/centro Ed. Palácio do Comércio Sala 709 fone 3221-1320 fls.1  
Email: escritorioantonio@yahoo.com.br

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE TERESINA PIAUI.**

**MARIA MAGNOLIA DA SILVA**, brasileira, CPF N.578.082.363-49, residente e domiciliada na cidade de Teresina-Piauí, na rua Lourival Lobo n.3291, Planalto Bela Vista, por seu advogado infra assinado, (mandado procuratório anexo – doc.01), com escritório profissional localizado na Rua Senador Teodoro Pacheco, nº988/Centro, sala 709, Edifício Palácio do Comercio, onde recebe as intimações de estilos, vem nesta e na melhor forma perante V.Ex<sup>a</sup>, propor a presente **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT** em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS do SEGURO DPVAT**, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Rua Senador Dantas n.74/5ªAndar/Centro, CEP. 20.031-201, pelos fundamentos que adiante passa a expor e ao final requerer.

### **DOS FATOS**

No dia 25 de maio de 2019, a requerente foi vítima de acidente de transito na BR 343, quando se deslocava como passageira no veículo VW/Gol 1.6, Placa QOR 0061, conduzido pelo senhor Djalma Ferreira da Silva que seguia da cidade de Francisco Ayres para Teresina, quando no KM 532, perdeu o controle do veículo após um dos pneus estourar, colidindo com meio fio e capotando em seguida, onde todos os ocupantes sofreram lesões, conforme atesta Boletim de Acidente de Transito da Policial Rodoviária Federal.

A requerente foi socorrida em hospital da cidade de Amarante, onde recebeu atendimento emergencial, medicação para dor e transferida para o HUT de Teresina.





ANTONIO CANDEIRA DE ALBUQUERQUE  
ADVOGADO

Rua Senador Teodoro Pacheco n. 988/centro Ed. Palácio do Comércio Sala 709 fone 3221-1320 fls.2  
Email: escritorioantonio@yahoo.com.br

Submetida a um T.C de Tórax, que constatou que o acidente de transito acima mencionado resultou-lhe **FRATURAS NAS REGIOES ANTERO LATERAIS DO 4º, 5º ARCOS COSTAIS A ESQUERDA.**

Assim, sendo, não restam dúvidas de que a requerente, por conta da lesão sofrida decorrente do acidente de transito, ficou com sequelas permanentes, merecedoras, pois, de devida indenização securitária.

O DPVAT é o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais, causados por veículos automotores de via Terrestre, ou por sua carga, as pessoas transportadas ou não, e está prevista na Lei n. 6.194/74 e tem como objetivo amparar as vítimas de acidentes envolvendo veículos em todo território nacional.

Assim, preceitua o Art. 3º da supracitada lei.

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indexações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem por pessoa vitimada.

Assim, no que concerne ao valor a ser pago a nova redação da Lei n. 11.482/2007 é claro ao estabelecer o percentual de 25% do valor total, sendo, por consequência devida a reclamante à indenização de R\$ 6.500,00.

O pagamento da indenização será realizado mediante a comprovação do nexo de causalidade entre o acidente de transito e do dano dele decorrente, independente da apuração da culpa e da comprovação da quitação do seguro, conforme preceito consignado na lei acima mencionada, cujo teor é o seguinte.

Art. 5º o pagamento da indenização será efetuada mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não nesse seguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Desta feita, havendo comprovação de que o acidente ocorreu, em virtude do mesmo, a requerente ficou com sequelas temporária, outra não é a alternativa senão Vossa Excelência condenar a Seguradora reclamada ao pagamento do valor pecuniário de R\$ 6.500,00.

Quanto aos acréscimos legais, a Jurisprudência é pacífica no sentido do valor ser corrigido monetariamente desde o ajuizamento e com juros de 1% ao mês.





ANTONIO CANDEIRA DE ALBUQUERQUE  
ADVOGADO

Rua Senador Teodoro Pacheco n. 988/centro Ed. Palácio do Comércio Sala 709 fone 3221-1320 fls.3  
Email: escritorioantonio@yahoo.com.br

**DA ASSISTENCIA GRATUITA -DECLARAÇÃO DE INSUFICIENCIA ECONOMICA.**

Incialmente, afirma a autora que de acordo com estabelecido no artigo 4º da lei n. 1.060/50, com redação introduzida pela lei n. 7.510/86, que temporariamente não tem condições de arcar com eventual ônus processual sem prejuízo de seu sustento próprio e de sua família.

O artigo 4º da lei no .1060/50 estabelece que a parte gozará dos benefícios de assistência judiciaria mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (redação dada pela lei n. 7.510, de 4.7.86).

Nos termos da lei, apresentado o pedido de gratuidade, há presunção legal que, a teor do artigo 5º do mesmo diploma analisado, o juiz deve prontamente deferir os benefícios ao seu requerente (cumprindo-se a presunção do art. 4º acima), excetuando-se o caso em que há elementos nos autos que comprovem a falta de verdade no pedido de gratuidade, caso em que o juiz deve indeferir o pedido.

Para concessão dos benefícios da justiça gratuita basta que a parte afirme não estar sem condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família, não impedindo a outorga do favor legal o fato do interessado ter advogado constituído, tudo sob pena de violação ao art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e A Lei n. 1060/50, que não contemplam tal restrição.

Conforme depreende-se os julgamentos dos Tribunais, não deve prosperar a mera alegação de que a constituição de advogados particulares constituirá óbice para a concessão da gratuidade da justiça.

Assim, considerando que a autora não dispõe de recursos suficientes para arcar com as costas e honorários de advogado, sem prejuízo de seu sustento, resta demonstrado que a requerente é merecedora da justiça gratuita, conforme estabelece o art. 4º da lei n. 1060/50.

**DO PEDIDO**

**DIANTE DO EXPOSTO**, requer:

A citação do reclamado no endereço supracitada, para querendo, responder nos termos da presente ação sob pena de revelia e confissão.





ANTONIO CANDEIRA DE ALBUQUERQUE  
ADVOGADO

Rua Senador Teodoro Pacheco n. 988/centro Ed. Palácio do Comércio Sala 709 fone 3221-1320 fls.4  
Email: escritorioantonio@yahoo.com.br

Que seja julgado procedente o pedido, condenando a reclamada no pagamento de indenização do Seguro Obrigatório-DPVAT, conforme determinado em lei, no valor de R\$ 6.500,00.

Aplicação de juros moratórios de 1% ao mês, a partir da data do pagamento do seguro, com a condenação em honorários advocatícios em 20% do valor da causa.

Sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, por ser a requerente de pessoas pobre nos termos da Lei nº1060/50.

Protesta-se provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitido.

Dá-se a causa o valor de R\$ 6.500,00

Termos em que pede deferimento

Teresina (PI), 16 de setembro de 2020.

ANTONIO CANDEIRA DE ALBUQUERQUE  
ADV OAB/PI Nº2.171

